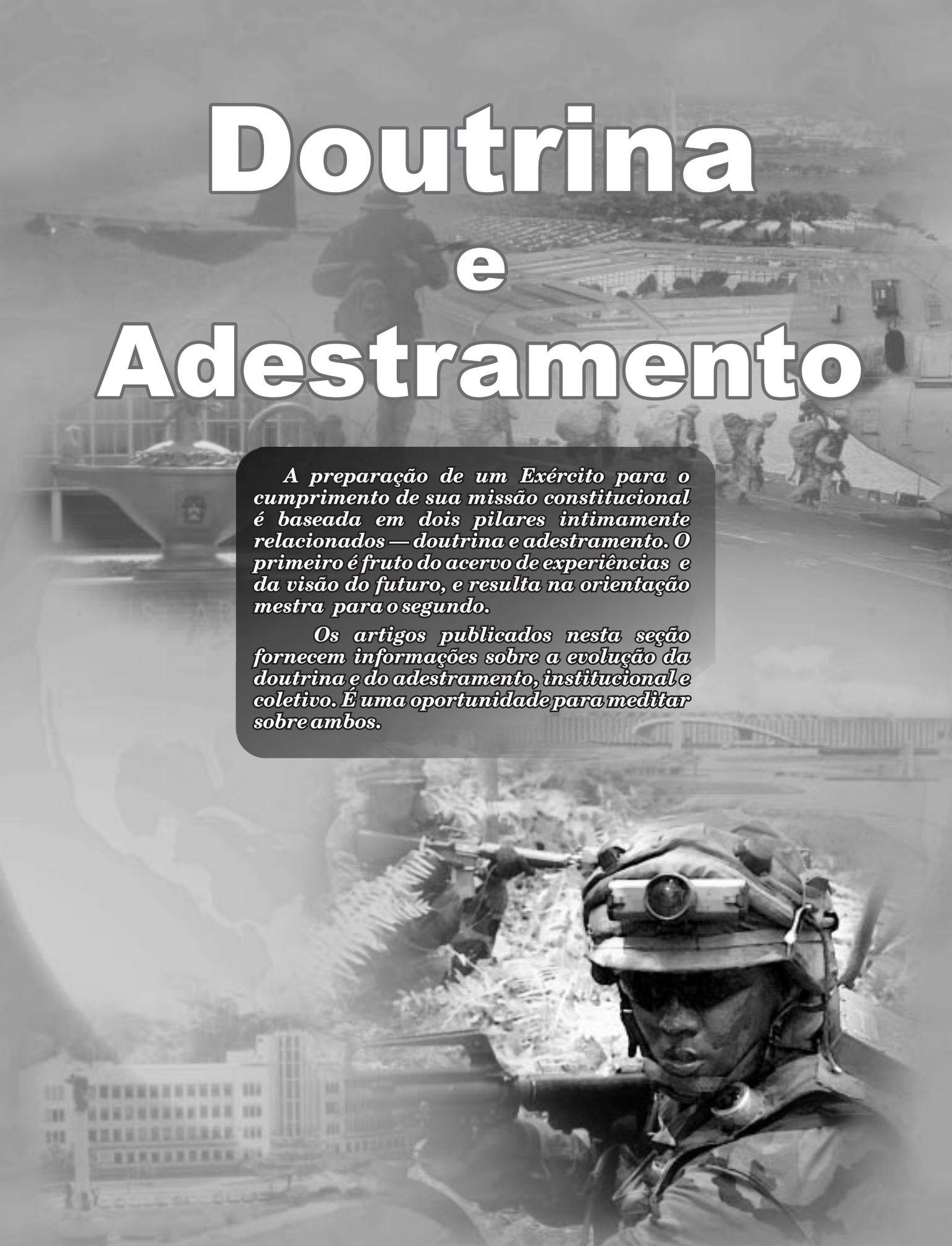


Doutrina e Adestramento



A preparação de um Exército para o cumprimento de sua missão constitucional é baseada em dois pilares intimamente relacionados — doutrina e adestramento. O primeiro é fruto do acervo de experiências e da visão do futuro, e resulta na orientação mestra para o segundo.

Os artigos publicados nesta seção fornecem informações sobre a evolução da doutrina e do adestramento, institucional e coletivo. É uma oportunidade para meditar sobre ambos.

Doutrina e Adestramento no Exército

Coronel Luiz Roberto Fragoso Peret Antunes, Exército Brasileiro

“A guerra não é um objetivo, mas uma circunstância que não pode apanhar um povo desprevenido”.

Austregésilo de Athayde, membro da Academia Brasileira de Letras

NA OPORTUNIDADE da apresentação dos novos manuais de campanha *FM 1 – O Exército e FM 3-0 – Operações*, no dia 14 de junho de 2001, data de aniversário do Exército dos Estados Unidos da América (EUA), assim se expressou o *Lieutenant General* William M. Steel, então Comandante do Centro de Armas Combinadas do Exército: “Isto não é uma doutrina da Guerra Fria. Não é nem mesmo uma doutrina do pós-Guerra Fria. Ela vê a frente... Ela considera onde estamos hoje e onde pretendemos chegar”. Estes novos manuais marcam uma importante mudança na doutrina militar terrestre norte-americana, à semelhança do que ocorreu com a introdução da doutrina da Batalha Ar-Terra em 1982.

Outro aspecto digno de consideração foi a mudança da nomenclatura do Manual de Operações de *FM 100-5* para *FM 3-0*, emprestando uma ênfase significativa às Operações Conjuntas/Combinadas e definindo, de uma vez por todas, que a guerra é conduzida conjuntamente e não singularmente. Mais ainda, muitas vezes será conduzida multilateralmente.

Essa transformação foi fruto de uma bagagem de experiências que vêm sendo acumuladas ao longo de mais de 226 anos de serviço à nação norte-americana.

Para se chegar a esses novos documentos um processo evolutivo e criterioso teve lugar e as conseqüências para o adestramento têm sido significativas. Em algumas oportunidades tem havido a necessidade de mudanças na maneira pela qual se vinha executando determinadas simulações de combate.

De outra parte, acontecimentos significativos podem

sugerir a correção de rumos na doutrina e no adestramento. O ataque terrorista ao território continental dos Estados Unidos da América, perpetrado em 11 de setembro de 2001, é um exemplo concreto de um fato portador de futuro.

Doutrina e adestramento estão intimamente ligados. Não se adestra um Exército com uma doutrina alienígena. Já dizia Clausewitz que a doutrina só serve para o Exército que a formulou. Podemos apontar alguns exemplos ao longo da história de desobediência a esta máxima que resultaram em fracasso político e militar. Por outro lado, o conforto com o *status quo* conduz à obsolescência e, da mesma maneira, ao fracasso. O processo evolutivo não sofre solução de continuidade, é exaustivamente realimentado.

A experiência de guerras e ações passadas deve nortear os planejadores militares no sentido de serem realizadas as transformações necessárias para a manutenção de um adequado estado de prontidão. Ganhar uma guerra não significa que se combateu da melhor forma possível. Enfim, é um constante aprender.

A doutrina e o adestramento são a base para o estado de prontidão de qualquer Exército. Para entendê-los é preciso conhecer o seu processo de formulação.

Avaliação da Conjuntura – Cenário

A avaliação da conjuntura¹ é o primeiro passo para definir os ambientes nacional e internacional e guiar os planejamentos estratégicos dos governos. Se constitui na base sobre a qual serão dados os próximos passos. Existem metodologias para esta avaliação. No entanto, a participação da sociedade é muito importante para a sua formulação. Militares, acadêmicos, congressistas e especialistas em determinados temas são alguns dos segmentos e pessoas que devem participar diretamente dos estudos. Sem dúvida alguma, o sistema de Inteligência e

os centros de estudos estratégicos têm importante parcela de responsabilidade nesse estudo. Nesta oportunidade é importante lembrar que a responsabilidade pela segurança de um país não está afeta apenas aos militares. Toda a sociedade deve ser co-responsável por ela e emitir a sua opinião.

O resultado da análise da avaliação da conjuntura deve apontar para um ou mais cenários que serão objetos de avaliação por parte daqueles responsáveis por apresentar uma análise prospectiva aos decisores.

Políticas e Estratégias

De posse do cenário desejado, o país precisa definir como irá portar-se diante do mesmo e quais as ações políticas e estratégicas que serão levadas a efeito com o intuito de atingir os objetivos de toda ordem da nação, inclusive o de permitir a sua participação nas decisões do sistema internacional. Enfim, o que a nação deseja ser e como fará isto acontecer.

O ponto de partida é a Constituição. Ela define os chamados princípios fundamentais que regem o Estado, quando consideramos este como sendo a nação juridicamente organizada. Ainda nela estarão definidos os

A experiência de guerras e ações passadas deve nortear os planejadores militares no sentido de serem realizadas as transformações necessárias para a manutenção de um adequado estado de prontidão. Ganhar uma guerra não significa que se combateu da melhor forma possível. Enfim, é um constante aprender.

Objetivos Nacionais Permanentes (ONP)², tais como democracia, soberania, autodeterminação³ etc, e os Objetivos Nacionais Atuais (ONA)⁴, os quais são levantados de acordo com a conjuntura e perduram, normalmente, por mais de um período governamental. A auto-suficiência na área nuclear, por exemplo, pode ser um desses objetivos.

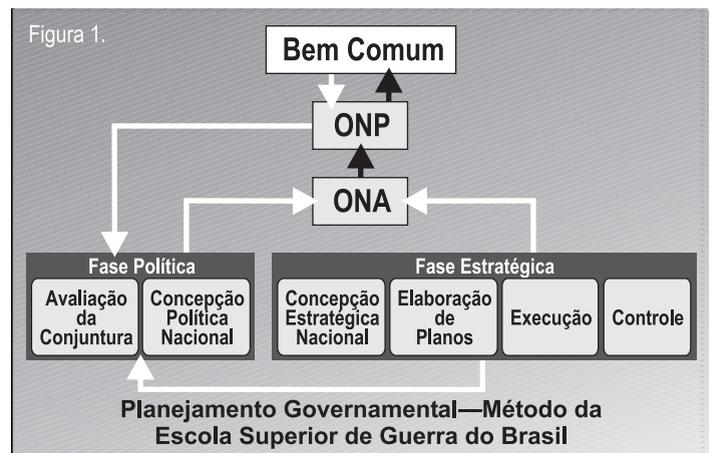
Logicamente cada governo possui o seu programa e deseja implantá-lo por ocasião de seu mandato. Os Objetivos de Governo⁵ terão influência em todo o planejamento estratégico. A prioridade para um determinado programa militar ou social exigirá o dispêndio de recursos que outrora não haviam sido previstos.

Na área de segurança, a conjunção dos objetivos irá definir a organização e articulação das Forças Armadas, com base em sua missão constitucional. Note-se que é um processo evolutivo e que, em qualquer momento da histó-

ria, pode ser modificado. Não é estático e sim dinâmico.

É dentro de um quadro muitas vezes indefinido que o governo deve levar adiante a segurança da nação. Não se deve ter receio de romper certos paradigmas e de fazer mudanças.

No mais alto nível governamental, o ponto de partida é o estabelecimento de uma Política de Defesa Nacional⁶ e sua conseqüente Estratégia de Defesa Nacional, ou outros nomes que se queira emprestar a essas ações governamentais. Esta etapa é a base de partida para as seguintes. A partir daí, a metodologia determina uma



Política Militar e uma Concepção Estratégica Militar⁷ no nível do Ministério da Defesa ou órgão equivalente. O importante é que as Forças Singulares recebam uma orientação clara e precisa do governo, sem o que os planejamentos ficam ao sabor das idéias sem fundamento e aos esforços descompassados com a realidade.

Uma fase importante do método é a avaliação do estado atual das Forças Armadas para o cumprimento da sua missão constitucional e daquelas previstas pela Estratégia de Defesa Nacional.

Em um Estado democrático, o comprometimento do Congresso com a defesa nacional é fundamental. A nação delega ao Executivo e ao Legislativo a responsabilidade pelo estabelecimento das políticas e estratégias de defesa do país. Ao primeiro incumbe formulá-las e apresentá-las ao segundo para que este discuta e, se for o caso, proponha as modificações julgadas pertinentes.

O Poder Militar

O poder, se considerarmos uma definição simplória, é a capacidade de impor a vontade. A vontade de agir e a capacidade dos meios para atingir os objetivos preconizados são os seus elementos básicos.

Dentro de parâmetros legais, a nação autoriza as suas Forças Armadas a fazerem o uso da violência sob controle do Estado. Por meio do seu emprego ou da possi-

bilidade de usá-la, é desestimulada a ação ou provável ação de determinada ameaça, quer seja de caráter interno, quer seja externo. Uma postura dissuasória é sempre benigna para qualquer Estado-Nação.

O valor do poder militar apóia-se na integração e na harmonia das Forças Armadas. O adestramento conjunto em tempo de paz é de suma importância para o seu estado de prontidão. É preciso entender que prontidão significa capacidade de agir no momento e local desejados. Preferencialmente, em função da Concepção Estratégica Militar, deverão ser ativados, desde o tempo de paz, os grandes comandos estratégicos. Esta ação beneficiará o adestramento e a execução das operações previstas nos diversos teatros de operações.

O Poder Militar Terrestre é traduzido pelos meios militares predominantemente terrestres, podendo possuir meios aéreos e fluviais próprios e aqueles a ele alocados. É empregado para cumprir uma missão estratégica imposta no planejamento militar de mais alto nível. Somente o Poder Militar Terrestre é capaz de conquistar e manter áreas geográficas e controlar seus recursos dentro da manobra estratégica.

Bases para uma Doutrina Militar Terrestre Autóctone

A doutrina militar terrestre é definida como sendo o conjunto de conceitos básicos, princípios gerais, processos e normas de comportamento que sistematizam e coordenam as atividades do Exército de uma nação. Tem como finalidade de precípua, orientar, sistematizar e coordenar todas as ati-



vidades da força e, assim, estabelecer as bases para a sua organização, o seu preparo e emprego.

Uma das bases do preparo e emprego está calcada na missão constitucional das Forças Armadas. Aí temos definido o leque de ações que um Exército tem que cumprir em proveito dos objetivos nacionais.

A consideração de que o espectro do conflito se desenvolve desde a paz até a guerra, impõe que o Exército esteja preparado para cumprir missões das mais variadas.

A Estratégia de Defesa Nacional também se constitui

em um dos alicerces para a formulação da doutrina. Por exemplo, um país que pretende apenas defender o seu território e participar de operações de paz tem uma estratégia diferente daquele que busca projetar o poder militar além de suas fronteiras, com o objetivo de defender os seus interesses onde quer que seja.

Portanto, as estratégias escolhidas para serem empregadas pela Força Terrestre são orientadoras para a formulação da doutrina: dissuasão, projeção de poder, ofen-

Em um Estado democrático, o comprometimento do Congresso com a defesa nacional é fundamental. A nação delega ao Executivo e ao Legislativo a responsabilidade pelo estabelecimento das políticas e estratégias de defesa do país. Ao primeiro incumbe formulá-las e apresentá-las ao segundo para que este discuta e, se for o caso, proponha as modificações julgadas pertinentes.

siva, ação independente, aliança, resistência, presença e defensiva são algumas delas.

Os valores éticos da nação também têm um peso significativo. Novamente, a Constituição e a história de uma nação impõem determinados valores que são aceitos por sua população como regras legais de convivência, não só internamente como também no âmbito externo. Quando se consideram a prevalência dos direitos humanos, a não-intervenção, a solução pacífica dos conflitos, e o repúdio ao terrorismo e ao racismo, temos exemplos desses valores. Ainda nesse contexto, deve-se considerar os valores religiosos do povo. Uma nação com uma cultura ocidental cristã possui, algumas vezes, valores diferentes de outra cultura.

Outra base para a formulação de uma doutrina militar terrestre autóctone são os princípios de guerra considerados pelo Exército⁸. Eles serão ditadores do planejamento militar, portanto da sua preparação e do seu emprego. A adoção do princípio da ofensiva, por exemplo, irá determinar que a defensiva sempre será uma situação transitória e que mesmo nesta situação, as ações ofensivas deverão ser buscadas com o objetivo de destruir o inimigo ou negar-lhe a utilização de determinada área geográfica.

Os conceitos operacionais servem de suporte para a doutrina. O manual de Operações do Exército Brasileiro os define como sendo “preceitos táticos que norteiam o planejamento e a execução da batalha terrestre, em conflitos de natureza convencional. Traduzem o entendimento dos princípios de guerra, ante as peculiaridades

Bases para uma Doutrina Militar Terrestre Autóctone



dos ambientes operacionais julgados prioritários e são adequados, com os indispensáveis ajustes, a todos os escalões, constituindo o arcabouço da doutrina militar terrestre”.

A participação em missões militares dos organismos internacionais de segurança, bem como em alianças e coalizões, imporão determinadas condicionantes para os formuladores da doutrina militar terrestre, impondo a necessidade de adaptação a outras doutrinas.

Como já foi abordado anteriormente, o Exército deve possuir capacidade de atuar em todo o espectro do conflito, entendendo-se que esta capacidade é demonstrada diante de uma ameaça, sem a qual é impossível mensurá-la.

A ameaça tem profunda influência na formulação da doutrina. Ela é encontrada quando visualizamos os cenários futuros e neles inserimos as necessidades, os interesses e as aspirações da nação. Neste quadro iremos identificar as forças ditas antagonicas. Estas são caracterizadas por grupo de pessoas, países ou grupo de países que, na visão dos planejadores, podem se opor à conquista e à manutenção dos objetivos nacionais. Sem ameaça não existe doutrina consistente. Também não se deve acreditar na falácia de que um determinado país não possui ameaças e que os organismos de segurança internacionais são fóruns determinantes para evitar a guerra. A história da humanidade tem demonstrado que se um país não está adequadamente preparado para defender-se não poderá manter os seus objetivos nacionais.

Um exemplo marcante da influência da ameaça sobre todo o planejamento militar, e mesmo sobre a doutrina, foi o ataque terrorista aos EUA em 11 de setembro de 2001. Antes, a prioridade estava voltada para ameaças de Estados, já priorizando a área da Ásia. Depois, passou-se ao

terrorismo internacional, com profundas modificações em todo o planejamento militar estadunidense e conseqüências relevantes para a doutrina militar terrestre.

Um outro importante fator a ser considerado é o estado científico e tecnológico do país e, em conseqüência, da área militar. Muitas vezes, um novo material de emprego militar impõe mudanças na doutrina. Também, um material com tecnologia de ponta ajuda a desequilibrar o combate em favor daquele que o possui. Durante a Guerra do Golfo, o *Major General Nikolai Kutsenko*, pertencente ao então Exército soviético, assim se expressou: “O armamento do Iraque, incluindo aquele adquirido da União Soviética, foi principalmente desenvolvido nas décadas de 60 e 70 e possui, pelo menos, uma ou duas gerações defasadas do armamento das forças da Coalizão, em especial das dos Estados Unidos da América”⁹.

A área civil pode, e deve, cooperar com as Forças Armadas na pesquisa e no desenvolvimento dos materiais. Hoje, mais do que no passado, a indústria civil possui produtos que facilmente podem ser adaptados para o uso militar. Os computadores são um exemplo prático desta assertiva. Dessa maneira, considerar as capacidades civil e militar da nação nessa área é praticamente impositivo. Não é à toa que o Exército dos EUA possui importantes parcerias com indústrias civis nas suas áreas de interesse.

É próprio abordar o tema relativo ao orçamento militar do país. Quando não se destinam recursos adequados para o preparo das Forças Armadas, as conseqüências serão sentidas no momento de seu emprego. Porque se deve ter o respaldo do Congresso Nacional, é importante encontrar nesta casa apoio para permitir que elas realmente possuam um estado de prontidão satisfatório. Aí

são enfatizadas as políticas e estratégias militares adotadas pela nação com o suporte do Poder Legislativo. Normalmente, as necessidades estão muito além das disponibilidades, o que leva a uma priorização sobre todo o leque das primeiras. Por vezes, uma estratégia militar é adotada em razão da insuficiência de recursos para conduzir uma campanha nas melhores condições.

Finalmente, os recursos humanos disponíveis se constituem no principal suporte de uma doutrina militar. Embora os avanços tecnológicos estejam caminhando em velocidade assustadora, o que realmente faz a diferença é a capacidade profissional dos integrantes de uma força armada. Esta capacidade tem a ver com o nível de educação do país, uma vez que se busca esses recursos no seio da sociedade. Só é possível evoluir com a doutrina e o adestramento quando se possui quadros altamente capacitados.

A Doutrina Militar Terrestre

A doutrina é o ponto de partida para o planejamento de preparo e emprego do Exército. Ela define desde as linhas gerais até as mais particulares, do estratégico ao tático, para a atuação da força em operações. Norteia o preparo dos recursos humanos, tanto os quadros quanto a tropa de maneira geral, ou seja, direciona o adestramento institucional e coletivo.

Toda Força Terrestre possui a sua concepção estratégica. Em última análise, ela define o seu comportamento nos diversos ambientes anteriormente estudados e selecionados pelo escalão superior e direciona o seu preparo. Ao inserirmos os ingredientes citados no item anterior, Bases para uma Doutrina Militar Terrestre Autóctone, deveremos ter o escopo da doutrina.

O Exército Brasileiro tem como objetivo-síntese “capacitar o Exército — em forma permanentemente ajustada à estatura político-estratégica da Nação — para atuar eficazmente no cumprimento de suas missões”¹⁰. Daí decorre a necessidade de constante realimentação do processo de evolução doutrinária em virtude de mudanças ocasionadas pelas correções de rumo do País. Com isso, pode-se destacar dois objetivos gerais ligados diretamente com a doutrina e o adestramento. O primeiro é capacitar a Força Terrestre para atuar como eficaz instrumento de combate nos âmbitos externo e interno e o segundo é o de desenvolver uma doutrina dinâmica, moderna e ajustada à realidade brasileira.¹¹

Do primeiro, extrai-se a necessidade de estar apto a cumprir missões em todo o espectro do conflito: operações ofensivas, defensivas, de apoio ao desenvolvimento

Figura 4.



Conceito Operacional—Guerra de Movimento

sócio-econômico e para a manutenção da lei e da ordem. As operações de paz estão incluídas nessas operações, uma vez que podem em determinado momento abordar uma ou mais delas.

Do segundo, conclui-se pela imposição de constante evolução da doutrina com o intuito de torná-la realística às condições do País e concernente com o cenário de emprego visualizado.

O Adestramento

A importância do adestramento está no fato de ser a preparação de qualquer Exército para o cumprimento de sua destinação constitucional. É a atividade mais importante em tempo de paz. Toda a estrutura deverá estar voltada para permitir que ele seja realizado nas melhores condições, ou seja, realisticamente.

O adestramento nada mais é do que a simulação do combate. Esta pode ser:

Virtual — quando as tropas ou guarnições dos sistemas de armas e outros operam simuladores em ambiente também simulado. É bastante utilizada para a melhoria das habilidades individuais ou das pequenas frações. A simulação da situação real já está inserida na máquina, não havendo a possibilidade do operador modificá-la de maneira construtiva.

Construtiva — é a situação em que tropas simuladas (frações não constituídas ou que são organizadas especificamente para o exercício) operam equipamentos simulados em ambiente também simulado. Normalmente é utilizada para o adestramento coletivo, podendo as equipes em adestramento realizar interações e modificar a situação simulada de maneira construtiva. Os exercícios de posto de comando são um exemplo.

Ao vivo — é a situação em que as tropas (frações constituídas) operam equipamentos e armamentos reais em ambiente de campanha, utilizando simuladores para substituir os efeitos das armas e equipamentos.

O adestramento institucional, aquele que proporcionamos aos recursos humanos da força individualmente, é realizado nos estabelecimentos de ensino, nos órgãos de formação da reserva e na própria tropa. Quando a doutrina dita como se deve agir em determinada operação, o adestramento institucional fornecerá os ensinamentos necessários à aprendizagem do pessoal. Os currículos das escolas de formação, aperfeiçoamento e altos estudos devem estar concernentes com a maneira como se pretende conduzir as operações e o ambiente que as envolve. O Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), no Exército Brasileiro, e o Comando de Adestramento e Doutrina (*Training and Doctrine Command — TRADOC*), no Exército dos EUA, são os responsáveis pelo planejamento e pela execução do adestramento institucional em suas respectivas forças.

O comentário aqui nos EUA é de que não se imaginava vinte anos atrás a possibilidade de um comandante de pelotão ser entrevistado pela mídia em plena operação militar. Julgava-se que isto estaria afeto ao serviço de comunica-

A importância do adestramento está no fato de ser a preparação de qualquer Exército para o cumprimento de sua destinação constitucional. É a atividade mais importante em tempo de paz. Toda a estrutura deverá estar voltada para permitir que ele seja realizado nas melhores condições, ou seja, realisticamente.

ção social. No entanto, hoje é possível que um tenente seja abordado pela imprensa para emitir determinada opinião sobre o desenvolvimento das ações por parte de sua tropa. Com isso, o órgão de formação de oficiais tem que proporcionar o conhecimento necessário para que ele possa relacionar-se com instituições externas à força.

Ademais, o incremento das ditas operações de paz está impondo a utilização de uma linguagem comum para a compreensão mútua. Sem dúvida que o conhecimento do idioma a ser empregado nessas operações é fundamental para o seu êxito. O Exército tem que decidir qual o segundo, ou mesmo o terceiro, idioma que será ensinado nos bancos escolares aos seus integrantes.

São alguns exemplos...

O adestramento coletivo ou de forças tem por objetivo preparar as organizações para o cumprimento de suas missões. Coroa toda a preparação de um Exército e o coloca em estado de prontidão para o cumprimento de sua destinação constitucional.

É muito importante realizar o adestramento dentro das condições de execução preconizadas pelos documentos que o orientam e da maneira mais realística possível. O adestramento é um grande laboratório de testes. Nele temos a oportunidade de verificar se a doutrina voltada para determinado tipo de operação está correta. Faz parte do processo de realimentação da doutrina. Além disso, proporciona as lições aprendidas para o Exército de maneira que não se incorra em erros semelhantes em uma próxima oportunidade.

Antes de se partir para uma missão real é necessário realizar o que se convencionou chamar no jargão militar de ensaio. Este nada mais é do que um exercício de adestramento para verificar se o planejamento é exequível e está nas melhores condições para o cumprimento da missão.

Muitas vezes, por falta de recursos e mesmo de áreas de instrução, o adestramento de escalões mais elevados é realizado por simulação construtiva. No Exército dos EUA isto ocorre normalmente nos escalões divisão e superiores. Estes exercícios economizam recursos, são mais fáceis de coordenar e controlar, fornecem maior flexibilidade para as mudanças de situação e permitem um retorno imediato do aprendizado.

Para se alcançar os objetivos preconizados no adestramento, é necessário possuir uma estrutura que permita realizá-lo nas melhores condições. A estrutura começa com a existência de um órgão voltado para o seu planejamento e execução.

O Exército Brasileiro possui o Comando de Operações Terrestres (CoTer), sediado em Brasília — DF, que é o Órgão de Direção Setorial do Sistema Operacional responsável por coordenar o preparo e o emprego da Força Terrestre e participar da evolução da doutrina militar terrestre. É também encarregado de gerenciar o desenvolvimento dos Sistemas de Simulação de Combate (Jogos de Guerra) e do Centro de Comando e Controle da Força Terrestre. Além disso, é o responsável pela instrução militar da tropa, tendo estreita vinculação com as atribuições do Departamento de Ensino e Pesquisa, quando se considera os quadros (oficiais, subtenentes e sargentos).

Por ser o responsável pelo preparo e emprego, esse órgão de direção setorial pode realimentar todo o ciclo de adestramento e utilizá-lo como um laboratório para as possíveis missões e um avaliador da doutrina militar terrestre, permitindo colher subsídios para a sua evolução. À semelhança do Comando das Forças do Exército dos EUA (*Forces Command — FORSCOM*), sediado em Atlanta — Geórgia, planeja e coordena todo o adestramento da Força Terrestre, indicando as Organizações Militares (OM) e os tipos de exercícios que serão realizados, de acordo com os cenários previstos para o seu envolvimento.

Para conformar todo o sistema de adestramento, é impositiva a existência de áreas de instrução, centros de



Fotos: Exército Brasileiro

Integrantes de um Destacamento de Ações de Comandos do 1º Batalhão de Forças Especiais do Exército Brasileiro realizando uma Patrulha de Combate de longo alcance.

adestramento, centros de simulação por computador, do centro de lições aprendidas e de um centro de análise da ameaça.

Embora a tecnologia da informação e o avanço dos materiais de emprego militar venham permitindo uma maior utilização da simulação por computador, o terreno, especialmente até o escalão brigada, é de fundamental importância para o preparo da tropa. Não é possível substituir determinadas habilidades requeridas do soldado ou da tropa apenas utilizando simuladores. O exercício no terreno também lhes fará sentirem-se mais seguros quando cumprindo uma missão. O terreno é o *habitat* natural do soldado. Não se substitui o realismo de uma instrução de orientação em campanha por simulações em computador.

Integrados com o terreno estão os centros de adestramento, preferencialmente especializados em determinados tipos de força. Assim podemos encontrar um voltado para as forças ditas pesadas (blindadas e mecanizadas), outro para as forças leves (para-quedista, comandos, forças especiais, montanha, aeromóveis etc.) e até mesmo centros especializados em ambientes operacionais tais como selva e caatinga.

Ainda dentro do conceito de centro de adestramento estão situados os centros de simulação por computador. Uma proposta de sua estrutura seria a existência de um centro voltado para os níveis estratégico e operacional e outro para o nível tático.

Esses centros devem possuir equipes móveis para a aplicação dos jogos de guerra. Estas equipes são compostas por oficiais, da ativa e reserva (contratados), com experiência em operações nos níveis tático, operacional e estratégico (ex-comandantes de OM, oficiais de operações, logística, instrutores, etc.), como controladores, conselheiros e integrantes do partido de oposição (força oponente). Uma atividade importante dos centros de simulação por computador é a preparação dos novos comandantes de OM por meio da realização de jogos de guerra.

Para apoiar o emprego da força, a realização dos exercícios, no terreno ou não, e as simulações, é mandatório possuir um centro de análise da ameaça, com o encargo de prover todas as informações referentes às prováveis ameaças, tais como: doutrina, equipamento, armamento, logística e mobilização. Esse centro tem estreita ligação com o sistema de inteligência e os centros de estudos estratégicos (militares e civis), tendo a capacidade de apresentar um trabalho o mais próximo possível da realidade e servindo, inclusive, de suporte para o desenvolvimento da doutrina militar terrestre. Os recursos humanos são provenientes dos quadros da ativa e da reserva. Por exemplo, oficiais da reserva que foram instrutores nas escolas, trabalharam no estrangeiro ou que tiveram experiências em ações reais.

O emprego do Exército em operações ficaria facilitado pelo conhecimento antecipado da ameaça. A for-



Integrantes de um Pelotão de Fuzileiros de Selva do Exército Brasileiro acertam os últimos detalhes para o cumprimento de uma missão de combate no Ponto de Reunião Próximo ao Objetivo.

ça de oposição, nos exercícios e nas simulações, buscaria o seu *modus operandi* nessa estrutura.

Para estruturar um sistema voltado para a doutrina, o preparo e o emprego, é necessário possuir um órgão voltado para a consolidação das lições aprendidas, tanto na paz quanto na guerra.

Nesse contexto, a existência de um centro de lições aprendidas do Exército responde a essa necessidade. O centro deve ter um segmento voltado para a doutrina e as operações e outro para a prevenção de acidentes. Este último de grande importância para a segurança dos recursos humanos da força.

No que tange à prevenção de acidentes, é preciso registrar e difundir os problemas ocorridos na instrução, no adestramento e nas operações reais, que devem servir de lições aprendidas para todos aqueles que irão realizar tarefas semelhantes, poupando vidas. Essas lições devem estar disponibilizadas na *Internet* do Exército para consulta 24 horas por dia.

Além disso, é necessário manter um banco de dados com toda a experiência militar, na instrução e nas operações (reais ou adestramentos), disponibilizado na *Internet* do Exército, dentro do segmento voltado para a doutrina e as operações. De nada adianta a realização da análise pós-ação (*After Action Review*) se as mesmas não forem registradas como experiência para futuras operações.

Mais ainda, não servirem como subsídio para o processo evolutivo da doutrina militar terrestre.

Conclusão

O Exército Brasileiro possui uma metodologia própria para o seu planejamento estratégico e a formulação da Doutrina Militar Terrestre brasileira que tem sua origem nos combates travados no século XVII contra o invasor, passando pelas ações de guerra empreendidas nos teatros de operações sul-americano e europeu e contra a tentativa de tomada do poder por parte de organizações terroristas financiadas pelo Movimento Comunista Internacional, além das diversas missões de paz na África, América, Ásia e Europa. É uma bagagem que não pode ser desprezada e que custou a vida de muitos de seus integrantes.

O Exército tem procurado não descuidar-se de sua responsabilidade perante o povo brasileiro, embora com poucos recursos orçamentários. Consciente de que os recursos humanos são o seu bem mais precioso, o investimento nessa área tem sido prioritário com o objetivo de dotá-los do conhecimento e das habilidades necessárias para cumprir a sua destinação constitucional — “a defesa da Pátria e a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer um destes, da lei e da ordem”.¹²

Nesse contexto, a troca de experiências com outros

Exércitos é sempre benéfica. O Brasil possui um relacionamento muito especial com os Estados Unidos da América que remonta à época da Independência brasileira quando esse país foi o primeiro a reconhecê-la. Durante a Guerra Civil norte-americana o Brasil acolheu mais de 20.000 cidadãos confederados americanos, fundadores da cidade de Americana, no estado de São Paulo. Na II Guerra Mundial teve um marco importante com o envio da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária brasileira, que combateu junto com o IV Corpo de Exército norte-americano, e do 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira para o Teatro de Operações da Itália, além da defesa do Atlântico Sul por parte da Marinha de Guerra do Brasil. Daí até os dias atuais pode-se citar uma série de outros eventos que vêm tornando cada vez mais consistente essa relação.

A estrutura existente nas Forças Armadas norte-americanas nem sempre serve de modelo para outras instituições similares. Política externa, estratégia de segurança nacional, cultura e orçamento militar são alguns fatores que tornam complicado copiar seu modelo.

No entanto, as experiências vividas pelos militares estadunidenses ao longo de sua história devem ser levadas em consideração quando se deseja evoluir na arte e ciência militares. Eles têm combatido, com cotidianidade, ao longo de mais de dois séculos. Não se pode relegar tal passado. Hoje, já estão trabalhando para enfrentar as guerras do futuro, procurando utilizar toda a sua experiência e o seu conhecimento tecnológico para vencê-las.

O conflito, em todo o seu espectro, faz e fará parte da história da humanidade, e cada vez mais se vê a demanda por forças militares. Basta ver as estatísticas recentes do emprego de tropas por parte da Organização das Nações Unidas e do próprio Estados Unidos da América e as manobras de atores internacionais no sentido de reforçar seus aparatos militares. *A Pax Romana* é uma utopia. As ações militares subseqüentes ao ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 a Nova Iorque e

Washington nos relembram a necessidade de constante preparação para o pior – a guerra. O inimigo, em determinado momento, pode obter uma surpresa tática, mas nunca estratégica.

Um Estado-Nação que pretende participar das decisões internacionais deve ter sua Expressão Militar do Poder Nacional em estado tal de prontidão que lhe permita realmente ser um ator global/regional. Entusiasmo não significa capacidade em operações militares.

Na atualidade é necessário ter flexibilidade para passar de uma operação de paz a uma de guerra e vice-versa. Ademais, a rapidez com que devem ser empregadas as forças militares, combinando estado de prontidão com mobilidade estratégica, não permite retardo nas decisões, sob pena de não se cumprir a missão. Este é o cenário.

Em suma, a preparação do Exército exige constantes reavaliações com o objetivo de colocá-lo nas melhores condições para cumprir a sua destinação constitucional. Doutrina e adestramento nada mais são do que essa preparação. Esta, por sua vez, concorre, entre outras coisas, para o efetivo emprego da estratégia da dissuasão.

“Nenhum comandante tem o direito de conduzir seus subordinados para o combate sem ter a certeza de que lhes foi ensinado tudo aquilo que era necessário para tal mister.” MR

REFERÊNCIAS

1. Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra do Brasil, 1995, p. 179.
2. Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra do Brasil, 1995, p. 24.
3. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 (Art. 1º ao 4º).
4. Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra do Brasil, 1995, p. 24.
5. Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra do Brasil, 1995, p. 24.
6. Política de Defesa Nacional Brasileira — Presidência da República — 1999.
7. Método para o Planejamento da Ação Política (NCE11-96) — Escola Superior de Guerra do Brasil — 1996.
8. Princípios de Guerra: Objetivo, Ofensiva, Simplicidade, Unidade de Comando, Massa, Economia de Forças, Manobra, Surpresa e Segurança (C124-1 Estratégia, Estado-Maior do Exército Brasileiro — 1997).
9. “Breaking the Phalanx. A New Design for Land Power in the 21st Century” — Douglas A. Macgregor — 1997, p. 44.
10. Política Militar Terrestre — SIPLEX-3 — Estado-Maior do Exército Brasileiro (1996).
11. Política Militar Terrestre — SIPLEX-3 — Estado-Maior do Exército Brasileiro (1996).
12. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 (Art. 142).

O Coronel de Infantaria Luiz Roberto Fragoso Peret Antunes é atualmente o Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao Centro de Armas Combinadas do Exército dos Estados Unidos da América e Redator-Assessor da Military Review, edição em português, no Forte Leavenworth/Kansas. Em 15 Dez 73 foi declarado Aspirante-a-Oficial. Nos postos de Tenente e Capitão foi comandante de pelotão e companhia, oficial de operações nos batalhões de Infantaria e instrutor do Centro de Instrução de Guerra na Selva, do Curso de Infantaria da Academia Militar das Agulhas Negras e do Curso de Infantaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Como Oficial Superior exerceu as funções de Adjunto Aeroterrestre da 3ª Seção do Comando da Brigada de Infantaria Para-Quedista e Oficial de Ligação junto à V Força Aérea, instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. No período de Jan 94 a Jan 96 comandou o Centro de Instrução de Guerra na Selva. O Coronel Peret possui os cursos de formação, aperfeiçoamento, Comando e Estado-Maior, Altos Estudos de Política e Estratégia Militares da Escola Superior de Guerra e os de Operações na Selva, Ações de Comandos, Básico Para-quedista e Mestre de Salto.